



CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2007. 189 p.

Resenhado por Lucienia Libania Pinheiro Martins¹
e Francis Musa Boakari²

“Aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve liberdade de demonstrar, que precisou reprimir”.

(Adorno, 1986)

A Psicologia social, um dos campos científicos com vocação mais dinâmica no mundo contemporâneo, repleto de diversidades, ao longo de sua construção preocupou-se em investigar como a presença, implícita ou imaginária de outros indivíduos, sozinhos ou em grupos, afetam uma determinada realidade. Mesmo se colocando dentro desse modo de pensar, ela tem se esquivado e ou se ausentado quando são apresentadas pela sociedade questões que envolvem racismo, discriminação ou preconceito, marcadamente contra brasileiros/as de origem fenotipicamente africana, apesar de saber que esses fenômenos provocam sequelas e sofrimentos psíquicos, de forma individual ou coletiva, sendo um dos principais motivos da existência da Psicologia, a compreensão do sofrimento humano. Especialmente no Brasil, sem levar em consideração as realidades históricas e culturais, essa Psicologia tem reservado um espaço de pouco significado ao estudo de fenômenos que hoje, mais do que nunca, segundo dados do IPEA 2011, podem

Recebido em: agosto/2010 - Aceito em: fevereiro/2011

1 Psicóloga, especialista em Docência do Ensino Superior e Psicopedagogia Institucional, Hospitalar e Clínica, professora da FACIME – UESPI. lucieniapinheiro@hotmail.com

2 Pós-Ph.D. (Educação para a diversidade). Professor do DEFE e do PPGEd, Centro de Ciências da Educação (CCE), UFPI, Teresina, PI. musabuakei@yahoo





ter uma enorme abrangência, pois, pela primeira vez o número de afrodescendentes ultrapassa os outros segmentos da população brasileira.

Assim, para preencher essa lacuna ainda presente na academia, em consequência de um menosprezo geral pela questão por parte dos brasileiros, foi organizado o livro a que esta resenha se refere, um encontro fortuito de diversos pesquisadores, cuja produção coletiva é marcada pela maestria de sua organização equilibrada, com todos os artigos sendo fontes de informações integradas e valiosas. O livro *Psicologia social do racismo* é um trabalho organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, pesquisadoras com obras importantes no tocante à população afrodescendente - termo mais descritivo que o tão negativizado “negro”. É composto por nove capítulos, escritos por sete pesquisadoras, incluindo as organizadoras. No prefácio (p. 09-11), Kabengele Munanga sublinhou a relevância do despertar das Ciências Sociais e da Psicologia nas discussões que envolvem preconceito racial, contextualizando-o no cenário da história político-social brasileira, sendo agente direto da construção da subjetividade do negro. Para o professor Munanga, a obra lembra aos leitores que “o preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade [...]”, compara-o a um iceberg, cuja parte visível representa as suas manifestações, e com a parte submersa correspondendo aos “preconceitos não manifestos” (p. 09), cujos efeitos são mais danosos e duradouros desse problema psicossocial.

Estudos investigativos dos fenômenos psicológicos que permeiam as relações sociais e abrangem questões raciais ainda são tímidos, e, com isso, a Psicologia deixa de contribuir com as inferências necessárias nas relações interpessoais, tanto da vítima quanto do agente discriminador. Sabe-se, ainda, que a ideologia racista se manifesta através das relações interpessoais presentes no cotidiano dos indivíduos. As estatísticas oficiais nos apresentam, na maioria das camadas sociais, o racismo, a discriminação e o preconceito como fortes determinantes para as condições de não acesso aos mais variados serviços em diversos setores da sociedade.



Os capítulos do livro retratam a contribuição da pesquisa de um dos vários pesquisadores, como resultado, quer de levantamentos da literatura, quer dos meios de comunicação e resultados de pesquisa de campo. Os textos apresentam, ainda, notas informativas de rodapé e referências bibliográficas. Sendo uma obra indispensável para quem busca compreender, por meio de múltiplos olhares, as relações raciais no Brasil.

O livro *Psicologia social do racismo* faz um levantamento histórico sucinto de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. Logo no primeiro capítulo, “Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira” (p. 13-23), Iray Carone introduz as primeiras discussões, buscando um entendimento sobre o processo de branqueamento, sendo apontado como resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos, desde o período colonial. Todavia, a autora expõe outras formas identificadas nesse processo de branqueamento, como a pressão cultural para adequação do afrodescendente às regras brancas, sendo isso pré-requisito para ser aceito socialmente - a autora associa a ideologia do branqueamento ao darwinismo social. Nesse capítulo, nota-se, de forma clara, a riqueza das contribuições variadas na composição do livro. Como contribuintes no desenvolvimento da pesquisa sobre as experiências de afrodescendentes numa sociedade racista, mas que se diz não ser, “graduandos, graduados, mestres, doutorandos e doutores” (p. 13) conseguiram juntar esforços para iluminar alguns dos desafios marcantes de muitos brasileiros. No Brasil, “cor e raça não fazem parte dessa individualidade. Um afrodescendente negro [...] representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são ele mesmo” (p. 23).

Elaborado por Maria Aparecida Silva Bento, o capítulo seguinte trabalha o tema “Branqueamento e branquitude no Brasil” (p. 25-57). A autora remete à ideia do branqueamento como um dos temas mais recorrentes quando o assunto são os traços de identidade racial, em que há a transferência do problema ao afrodescendente, já que é atribuído a ele o descontentamento





com sua condição. Reconhecer as desigualdades raciais sem associar o afrodescendente nesse processo, para a autora, tendo como primeiro passo entender o escravismo criminoso e ausentar o passado branco nesta história, evita discutir as diferentes dimensões privilegiadas que se encontram perpetuando o silêncio. Muitos buscam impedir o movimento necessário em virtude de interesses econômicos. Com isso, políticas compensatórias ou de ações afirmativas são taxadas de protecionistas, uma forma de premiar a incompetência do afrodescendente.

No capítulo três, apresenta-se um ensaio baseado no relatório final de sua pesquisa: percepção de mulheres negras por mulheres brancas no espaço da escola e do lazer entre 1960 e 1970 no interior de São Paulo. No artigo, intitulado “Porta de vidro: entrada para a branquitude” (p. 59-90), Edith Piza amplia a discussão sobre as relações raciais, contribuindo com a reflexão que os estudos sobre branqueamento privilegiaram as estratégias psicossociais desenvolvidas por grupos ou parcelas da população afrodescendente brasileira, para se adequarem às demandas de embranquecimento da população brasileira e ressignifica as consequências desse processo nas representações do afrodescendente na sociedade atual, contribuindo para a ampliação dos estudos sobre esse segmento da população nacional, debatendo aqui as relações raciais no Brasil.

A “Cor nos censos brasileiros” (p. 91-120), de Edith Piza e Fúlvia Rosemberg, é o capítulo quatro, em que se verifica a missão de prover uma maior reflexão sobre os processos de heteroidentificação da cor no Brasil, na busca de se compreender as suas relações complexas, em que ter dinheiro funciona como mecanismo de embranquecimento, e a questão do “isomorfismo” criado em torno do termo “negro”. As autoras denunciam que a pobreza na coleta e na divulgação de informações estatísticas sobre o afrodescendente tem sido percebida como estratégia de se colocar a questão racial à margem da discussão, interferindo diretamente nas possíveis intervenções econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, não discutindo, assim, questões





importantes como a problemática do branqueamento. Sugestões de usar o termo afrodescendente remontam aos esforços conscientes de ressignificar membros deste segmento da população, trabalhando as contradições e complexidades criadas pelas práticas de auto e heteroclassificação. Quem define ou classifica estes brasileiros de origem africana – são outras pessoas ou eles próprios? Mas, com base nas experiências negativas cotidianas e as pesadas cargas desumanizantes da memória coletiva do grupo, quais resultados poderiam ser esperados deste exercício psicossocial? Esta não é tarefa fácil devido às suas possíveis consequências para a pessoa envolvida. As reflexões deste texto possibilitariam algumas ponderações críticas sobre as mudanças nas concepções e atitudes dos afrodescendentes em tempos mais recentes. As autoras não estariam sugerindo a necessidade de olhar com perspectivas críticas o que teria acontecido desde a campanha de “Não deixar a sua cor em branco”, antes do censo de 1990 (1991), para os dados censitários de 2010, demonstrando que da população nacional, os afrodescendentes formam a maioria.

O propósito de Rosa Maria Rodrigues dos Santos no capítulo cinco, intitulado “De café e de leite [...]” (p. 121-129), é expor sua experiência que resulta de uma pesquisa sobre a visão do próprio afrodescendente em relação a sua posição na sociedade racista. A autora nos traz uma reflexão de como as questões de origem étnica podem deixar suas marcas e contribuir para o surgimento de sinais e sintomas ligados diretamente às questões raciais, e também como se apresentam e influenciam na constituição da identidade e subjetividade. O estudo foi resultado de um estágio em uma instituição de tratamento para crianças com dificuldades emocionais graves ou portadoras de comprometimento global do desenvolvimento, havendo assim, a oportunidade de se ressignificar conceitos históricos de doença mental.

No sexto capítulo, “À flor da pele” (p. 131-146), Lia Maria Perez B. Baraúna escreveu com o objetivo de apreender as representações que os negros têm de si mesmos numa cultura marcada pelo ideal de embranquecimento, usando como base “estudos sobre preconceito





e etnocentrismo ligados à teoria crítica de Adorno” (p. 131) e reflexões dos textos de Freud. Baseadas na psicanálise, hipóteses emergiram com alguns aspectos inconscientes obtidos através de uma análise da subjetividade baseada em entrevistas. Importantes, também, neste capítulo, são as considerações - orientações - sobre o uso de entrevistas no desenvolvimento de trabalhos no campo da psicologia. É necessário saber “lidar com a tensão e a angústia... suportar os silêncios” (p. 145) envolvidos neste exercício. O que estudiosos das questões das relações raciais no Brasil poderiam apreender com autores estrangeiros é uma contribuição valiosa deste texto.

A partir da experiência do curso de formação em relações raciais realizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), uma instituição não governamental, Maria Aparecida Silva Bento apresenta, no sétimo capítulo, o artigo “Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro” (p. 147-162), ancorado nos estudos de Adorno, Fanon e Tatum. Corroborando para fortalecer o pensamento dos participantes como possíveis agentes de mudança, capazes de produzir o próprio conhecimento para possíveis resoluções de problemas, ou seja, contribuindo, assim, com ações de antirracismo. Nesses cursos, a autora lembra ao leitor da importância de prestar atenção às possíveis “reações intensas e contraditórias nos participantes” (p. 148) uma vez que os racismos e discriminações são difíceis de assumir; praticantes não cansam de apresentar justificativas para os seus comportamentos de ódio e desrespeito à presença do diferente. Contribuições de todos os participantes, afrodescendentes e não afrodescendentes, no desenvolvimento das atividades desse tipo de curso, deveriam ser incentivadas para enfatizar a natureza social do problema e apontar para “um compromisso de ruptura com o abandono do racismo” (p. 161) nas interações com pessoas racialmente definidas/classificadas como diferentes. Numa sociedade rica em diversidades, a falta desse compromisso continua causando estragos enormes nas personalidades, funcionamento psíquico das pessoas e nas suas interações do cotidiano. Os relatos das





experiências desse curso sobre as relações étnicorraciais serviriam de muita valia para qualquer tipo de organização no Brasil, sendo esta uma sociedade marcadamente multiétnicorracial.

Um complexo e novo olhar surge no oitavo capítulo. Iray Carone e Isildinha Baptista Nogueira, ao escreverem o texto “Faíscas elétricas na imprensa brasileira: a questão racial em foco” (p. 163-180), lançam novos questionamentos sobre o poder da mídia. O problema do afrodescendente tem sido representado na sociedade brasileira nos últimos anos de forma contraditória, e, geralmente, enviesado, culpando a vítima pelas condições degradantes em que vive a sua maioria. Desse modo, nos alertando sobre a construção das representações sociais, sendo um conjunto de tudo o que vemos, lemos ou ouvimos, considerando as informações jornalísticas como curtas e fugazes, com repercussões profundas. Essa situação fica mais complexa quando o foco é uma pessoa de descendência africana – tudo é configurado em estilos que deixam muito a ser imaginado, e, dessa maneira, informações dos afrodescendentes terminam sendo instrumentos de mais sofrimento e causa de baixa estima. Com exemplos concretos baseados em fenômenos jornalísticos, as autoras conseguem mostrar “que as representações sociais vão se afirmando, reafirmando e confirmando através” (p. 180) dos tipos de informações - e as suas fontes, também? - recebidas, geralmente de uma mídia etnocêntrica. Precisa se proteger do mal dessa mídia “que merece a nossa atenção permanente” (p. 180) porque consegue transmitir tudo que quer, deixando o não dito falar o que deseja dizer mais alto que o dito. “Parece que o subtexto é o de que vivemos numa verdadeira democracia racial” (p. 180). Nesta sociedade, em que tudo é racializado, não deveria afirmar tal realidade a fim de não perturbar a ordem presumida num contexto de desordem psicossocial vivida por muitas pessoas.

Com o nono capítulo, “A flama surda de um olhar” (p. 181-188), Iray Carone fecha o livro fazendo uma homenagem a Eduardo de Oliveira e Oliveira (1928-1980), militante não afrodescendente do movimento desse grupo de São Paulo. Na condição de estudante-pesquisador, ele deixou material rico sobre aspectos subjetivos da





ideologia racial, em relatórios e documentos recolhidos ao longo da preparação de sua dissertação de Mestrado, na década de 1970. Dono de uma enorme coragem intelectual, que resultou no prêmio “brancura intelectual”, não permitiu que sua ascensão social lhe passasse pelo processo de branqueamento comum aos estudiosos desse tema. Seu objetivo maior era conhecer os mecanismos egóicos e conscientes de defesa do sujeito negro, as adversidades culturais brasileiras, inclusive a do branqueamento.

Carone mostra com clareza que para esse “intelectual orgânico”, o afrodescendente que tem que trabalhar com “uma contra-ideologia” (p. 182) dominante, sofre de estresse e tensões no tocante ao seu ser, “negridade/negritude” (p. 183). Precisa-se conhecer melhor este agente de transformação intelectual pelas ideias e coragem. Como não afrodescendente fenotípico, serve de exemplo para outras pessoas com condições semelhantes, para se engajarem em atividades que transformariam a sociedade brasileira.

Essa obra provoca grandes reflexões sobre o perfil da desigualdade racial e suas consequências individuais e coletivas na sociedade brasileira, emergindo a relevância da Psicologia social, que é apresentada, dissolvida na maioria dos artigos através de uma linguagem de fácil compreensão, e a diversidade de temas a enriquecem, apontando a mesma realidade com vários olhares, levantando questões parecidas e introduzindo estratégias semelhantes, mas não repetitivas, no tratamento dos efeitos nocivos da “branquitude” e do “branqueamento”.

Falar sobre branqueamento/branquitude no nosso país é um desafio, por expor uma fatia da população brasileira que geralmente não é problematizada quando o assunto é racismo, pois discriminação racial acabou tornando-se um “problema ou questão do negro”. A obra debate algo incomum de ser evidenciado: homens e mulheres brancos, liberais ou não, que têm sim sua parcela para o crescimento do racismo, e, em muitos momentos, feridas são expostas, causando espanto pelo silenciamento histórico em torno do assunto.





O livro também nos remete a reflexões e nos movimenta a pensar e a agir sobre os grandes desafios da Psicologia brasileira na atualidade, dentre os quais produzir conhecimento acerca das classes historicamente segregadas. Entende-se que a Psicologia tem produzido muitos conhecimentos que podem contribuir para desenvolver sentidos e significados adaptados às realidades que poderiam ser aproveitados para corrigir as sequelas que surgem nas estruturas psíquicas.

O racismo, em nossa sociedade, acontece de forma plural, por isso cabe a cada ciência contribuir para ressignificar a história e os efeitos que o racismo produz no indivíduo. A Psicologia social tendo como objeto de estudo as manifestações comportamentais de caráter situacional, pela interação de uma pessoa com outra, ou pela mera expectativa cognitiva, da qual emerge um processo de interação social contextualizado, que faz com que a Psicologia, em todas as suas interfaces, tenha muito a contribuir para se compreender os fenômenos do racismo.

Todo o estudo é argumentado através de teóricos da Psicologia social e se ancora na interdependência entre os indivíduos, encontros sociais, buscando extrair de cada olhar do racismo a percepção social, a comunicação, as atitudes e suas mudanças de atitudes, identificando o racismo dentro do processo de socialização com seus grupos e papéis sociais.

Assim, o livro propõe um estreitamento da Psicologia com as Ciências Sociais, também mesclando com conhecimentos de áreas múltiplas como a Antropologia, a Sociologia, a História, o Jornalismo, os Direitos Humanos, a Educação, e outras. A maneira interdisciplinar com que as autoras trataram os temas de suas pesquisas e relatórios, aponta para várias possibilidades teórico-metodológicas no desenvolvimento de trabalhos que focalizam problemas complexos. Há muito que apreender nos nove capítulos escritos por pesquisadoras cuja maior preocupação é desvelar o Brasil da maneira mais científica possível, servindo de exemplo para outros investigadores.





Leitura impactante. É a experiência que se tem ao ler o livro, indicado para pesquisadores audazes, que decidiram insurgir outra percepção. E, assim, esta se estabelece entre as grandes obras que falam sobre a história da branquitude brasileira. O livro exala em todos os seus artigos o inquietamento e as ressignificações dos efeitos psicológicos que o racismo produz em nossa sociedade. Nesse sentido, torna-se de fundamental importância compreender todo esse processo de branqueamento, percorrendo a história da Psicologia social e das Ciências Sociais e repensar a supervalorização do branco e a quase sempre baixa autoestima da população negra.

O livro é atual porque trata de questões contemporâneas, exigindo definições e ressignificações do Brasil, como sociedade multirracial e pluriétnica, com uma história de políticas e práticas consistentemente excludentes do mesmo segmento da sua população. Essa racialização contra os afrodescendentes, que está sendo gradativamente reconhecida, precisa ser compreendida nas suas inúmeras dimensões através de pesquisas acadêmicas e científicas. Com o tipo de cientificidade evidenciada em cada página do livro desta resenha, políticas públicas adaptadas e dinâmicas poderiam ser desenvolvidas e programas-projetos viáveis elaborados. A transformação social é um processo, e conhecimentos psicossociais confiáveis de seus agentes, fazem parte desse pacote.

A publicação em pauta poderia ter como título possível o seguinte: POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA HOJE. Mais que nunca, “no Brasil não são poucas as vezes que motoristas de táxi e ônibus interurbanos deixam de atender aos acenos de afrodescendentes, “negro” no original, tarde da noite ou não. (CARONE, p. 23). Dessa perspectiva, é instrutivo lembrar que, nessa sociedade, “[...] o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (BENTO, p. 25). De modo bem demonstrativo, as duas





organizadoras conseguem fazer um Resumo crítico do conteúdo do livro, expondo o grande dilema histórico da sociedade brasileira. Afinal de contas, “Que país é este”? – um país que tem feito muito pouco para cuidar bem e bem contemplar igualmente todos os habitantes de modo consistente.

Boa leitura! Boas reflexões!

Este livro é um enorme convite, instigando os leitores para pensar, repensando o Brasil, a fim de desenvolver ressignificações que realmente dizem mais que nunca sobre essa sociedade e o seu povo. A Psicologia social do racismo - o racismo à brasileira - tem um conteúdo rico em ensinamentos críticos que provocam reflexões que incomodam, porque o eixo de tudo está voltado aos Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.

